



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

Ao sexto dia do mês de novembro do ano de 2019, às 9 horas, no **Palácio das Araucárias**, localizado à R. Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba/PR, deu-se início à **Reunião Ordinária** do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR. Fizeram-se presentes, conforme convocação, os **Titulares Governamentais**: Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF), Gustavo José Picanço Bayer (SESP), Mariana Souza Bernal (SEEC), Galindo Pedro Ramos (SEED), Isaac Ramos Ferreira (SEDS), Nicolas Floriani (SETI), Levi Gomes de Lima Junior (SEMA), Rosangela Aparecida de Souza, Mikhaella Iatauro Camargo (SEDU), Denilto Laurindo (CCivil). **Suplentes Governamentais**: Lucimar Pasin de Godoy (SESA), Ana Cristina Dalla Lasta (SEDS), Luis Paulo Gomes Mascarenhas (SETI), Paula de Castro Tavares (SEPL). **Titulares Sociedade Civil**: José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais), Marcio Marins de Jagun (Dom da Terra AfroLGBT), Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África), Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR), Celso Jose dos Santos (ANPIR), Nardi Terezinha Casanova (União Cigana do Brasil), Aloísio Justino do Nascimento (Instituto Internacional de Prevenção as Drogas). **Suplentes Sociedade Civil**: Ndiaga Faye (Centro Cultural Humaita), Jane Marcia Madureira Arruda (APP/Sindicato), Rosangela de Lima (Grupo AfroVida), Marici Ventura Seles (Rede de Mulheres Negras do Paraná), Harley Basilio da Silva (INATES), Weverton Sebatião dos Passos (União Cigana do Brasil). **Convidados Titular**: Rafael Osvaldo Machado Moura (MP/PR), Michelli Santos de Silva (INDÍGENA) e Adegmar Candiero (CNPIR). **Convidados Suplente**: José Antônio (Indígena). **Colaboradores(as)**: André Calado (Tambores do Paraná), Angela Mesquita (ACAZEPI), Gerson Renato Molovaty (AFOXÉ), Maria Eif. S. Klein (SEJUF/ASOOM), Jocelia Fonseca (Sec. de Segurança e Cidadania), Alexandre Cezar Filho (Inst. Com. Afro-brasileira), Sidnei S. Silva (CMPIR – Londrina), Pamela Paulina Gonçalves (CMPIR – Londrina), Maria de Fátima Beraldo (CMPIR- Londrina), Mari Queiroz (SAM), Vladiree AB Ferreira (SAM). **1. Abertura**: O Presente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) abriu a reunião cumprimentando a todos e fazendo menção à presença de convidados e entidades presentes, passando à palavra aos mesmo. Primeiramente fez uso da palavra para apresentação o Cacique Professor José Antônio dos Santos, seguido do representante dos Tambores do Paraná, André Calado. Por fim, o Professor Gerson Renato, do Afoxé, fez o uso da palavra pleiteando assento neste conselho, requerendo que conselheiros que estivessem faltando com frequência, fossem substituídos. Pleito este incluído na pauta pelo Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África). Diante da ausência de quórum, a mesa sugeriu que fossem apresentados os Relatos das Comissões, para posterior aprovação de pauta e inclusões. **2. Relato das Comissões**: Relatou-se que a comissão de Planejamento Financeiro não reuniu-se na data de 05/11/2019, porém houve reunião anterior, na qual foi discutido sobre o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) repassado ao FUNDEPPIR, sendo eleito o Presidente da Comissão de Finanças, Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicatos). Ainda que informou-se que tal valor não deverá ser devolvido ao tesouro, tendo em vista tratar-se de valor proveniente do fundo da pobreza. Informou-se envio de Ofício

10
11
12
13
14
15
16
17
18
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80



**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR**

enviado à SEFA tratando da situação indicada. Em relação a comissão de Comunicação e Campanhas: a Conselheira Ana informou que esta comissão funciona em conjunto com a Comissão de Acompanhamento de Cotas, sendo que a Conselheira Rosangela Aparecida de Souza (SEET) informou que na houveram diversas ausências justificadas, estando presentes na reunião da comissão de cotas apenas ela, Galindo Pedro Ramos (SEED) e José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais), razão pela qual a reunião não ocorreu. A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) sugeriu que os presidentes das comissões enviassem um comunicado às entidades que compõem as comissões para verificar se ainda há o interesse em participar das mesmas, uma vez que não estão conseguindo comparecer às reuniões, impossibilitando o avanço das questões nelas discutidas. Neste momento foi registrada a completude do quorum para realização da reunião e deliberações. Posteriormente, foi realizado relato da comissão de Monitoramento do Plano Estadual: a Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) informou que em reunião estavam presentes ela, o Conselheiro Eliseu Raphael Venturi (SEPL) e a Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) e desenvolveram uma proposta do próximo plano, o que será apresentado no ponto de pauta número 9. Finalmente, foi apresentado relatório da Comissão de Legislação: informando-se que foi realizada reunião no dia anterior e que o ponto principal de debate foi o Estatuto de Igualdade Racial o qual também será tratado na pauta, como ponto 10. O Conselheiro Levi Gomes de Lima Junior (SEMA) informou que foram deliberados seis temas. O primeiro tratando de protocolos acerca de manifestação da SESP e da CELEPAR quanto ao anteprojeto de lei para criação do Estatuto, sendo que o Conselheiro Denilto Laurindo (Casa Civil) solicitou prazo de 10 (dez) dias para articulação e obtenção destas manifestações. Segundo ponto referente a Financiamento no Fomento Paraná sendo debatida a necessidade de criação de comissão para visita a Fomento Paraná buscando conhecer e apresentar projeto de viabilidade de crédito para capacitação de todos os interessados, sendo sugerido pelo Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) a criação de um Banco Afro Brasileiro. No terceiro ponto tratou-se da alteração da Lei do Regimento Interno, indicando convite ao Conselheiro Eliseu Raphael Venturi (SEPL) e ao Conselheiro Celso Jose dos Santos (ANPIR) para compor Grupo de Trabalho para desenvolvimento da referida alteração. No quarto ponto debateu-se a constitucionalidade na participação da ALEP no pleno neste Conselho. Já no quinto ponto discutiu-se reunião descentralizada a ser realizada no mês de dezembro de 2019 em Londrina, dando-se encaminhamento a comissão de Finanças, todavia sendo acordado que o custeio da referida reunião se dará através do FUNDEPPIR. Por fim, o sexto ponto fez referência a consulta pública do anteprojeto da lei de alteração do Estatuto de Igualdade Racial, a ser tratado no ponto 10 (dez) da pauta da reunião corrente. A Conselheira Rosangela Aparecida de Souza (SEET) solicitou que algum membro da Comissão de Legislação, que tenha conhecimento a respeito de política de cotas, auxiliasse na impressão de documentos, num total de 311 (trezentas) páginas em 5 (cinco) cópias. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) questionou a possibilida-

19
20
21
22
23
24
25
26
27
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

de de consulta aos referidos documentos de forma digital, em formato “pdf”, informando que no caso de deliberação no CONSEPIR pela impressão que seria necessário processo burocrático para tanto, seja com a contratação específica ou para a execução pela própria SEJUF. O Conselheiro José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) esclareceu que o pleno não está em sede de análise da matéria, mas de cumprimento da deliberação da Comissão de Cotas e que, pessoalmente, não tem conhecimento para realizar leitura e apontamentos no material digital, necessitando da versão impressa. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) indicou o encaminhamento de tal deliberação da Comissão de Cotas à Comissão de Finanças para que se encarregue da execução das impressões. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) afirmou não haver discordância da importância do material, pontuando apenas que, de acordo com o Regimento Interno, nenhuma das Comissões tem autonomia absoluta, todas devendo apresentar suas propostas ao pleno cuja aprovação indispensável para adoção das proposições. A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) sugeriu que as comissões, para melhor andamento de suas atividades, através de seu Presidente encaminhe ofício solicitando suas demandas a SEJUF, de forma a ter resposta de forma célere. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) indicou que as comissões encaminhassem as demandas a Comissão de Finanças que deverá estabelecer acordo com o Tesoureiro, que enviará ofício a SEJUF para empenho de valores do FUNDEPPIR. O Vice Presidente Isaac Ramos Ferreira (SEDS) questionou se sabe-se a disponibilidade no Rio Grande do Sul e custo do livro em questão e foi informado que não houve levantamento deste orçamento, solicitou maiores informações para buscar a obtenção do mesmo diretamente com o Governo do Rio Grande do Sul. Tendo em vista que foram finalizados os relatórios das comissões e a completude do quorum do Conselho, foi dada abertura oficial da reunião. **3. Aprovação da pauta:** A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) realizou leitura da pauta. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) solicitou inclusão de pauta referente a eleição de Vice Presidente e Tesoureiro da mesa executiva por parte do governo para Vice Presidente e Tesoureiro. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) solicitou inclusão de ponto de pauta para apresentação de Informes da Secretaria Executiva. **4. Informes da Secretaria Executiva:** A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) informou que foi recebido ofício da instituição ACAZEPI - Associação Cultural Amigos de Zé Pilintra e Maria Padilha - Asé Omo Opará Afoxe no sentido de ingresso no Conselho. Ainda, informou recebimento de ofício da CONIPA com justificativa de ausência, além das ausências informadas do Conselheiro Levi Gomes de Lima Junior (SEMA) e ainda do Deputado Tadeu Veneri em decorrência de outras agendas. Relatou ainda o recebimento de respostas de informações relativas a questionamento ocorridos em reunião do CONSEPIR em agosto de 2019, relativos a diminuição de vagas para segmento quilombola, indígenas e comunidades tradicionais. Por fim, apresentou informe relativo a decreto que regulamenta as viagens de conselheiros residentes em outras cidades que não a capital do Estado. Afirmou que em uma das disposições da refe-

28
29
30
31
32
33
34
35
36



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

121 rida normativa tem-se que a solicitação de viagem deve ser feita com 10 (dez) dias de an-
122 tecedência e que a prestação de contas deve ser realizada e 48 (quarenta e oito) horas,
123 sendo estes prazos para todos os Conselheiros, governamentais ou não. A partir disso,
124 esclareceu que a SEJUF estipulou resoluções sobre os temas nas quais indica-se que:
125 passagens aéreas não poderão ser solicitadas com menos de 10 (dez) dias de antece-
126 dência; passagens de ônibus não poderão ser solicitadas com prazo menor do que 2
127 (dois) dias úteis de antecedência; pessoas que não prestarem contas no prazo de 48
128 (quarenta e oito) horas da realização da viagem será aberto protocolo para devolução dos
129 valores integrais da verba. Esclareceu que a prestação de contas consiste na apresenta-
130 ção de relatório de viagem, comprovante de saque, comprovante das passagens e com-
131 provantes dos recursos de táxi. Reiterou por fim o registo em ata de que as informações
132 foram apresentadas ao pleno do CONSEPIR não possibilitando alegações futuras de des-
133 conhecimento das regras indicadas. Questionou-se quanto ao caso de alteração de valo-
134 res nas passagens aéreas entre a solicitação e a aquisição, sendo esclarecido que as
135 passagens aéreas são adquiridas pela própria SEJUF, após solicitação e aprovação pela
136 Central de Viagens. Assim, encerrou os informes. **5. Reunião Governamental e Socie-**
137 **dade Civil:** O Vice Presidente Isaac Ramos Ferreira (SEDS) afirmou que houve solicita-
138 ção da referida reunião para dirimir a questão da eleição do Vice Presidente e do Tesou-
139 reiro do CONSEPIR. A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) in-
140 dicou que costumeiramente a gestão em exercício decide os nomes para ocupação des-
141 ses cargos, bem como os membros governamentais. Assim, o Vice Presidente Isaac Ra-
142 mos Ferreira (SEDS) solicitou reunir-se com os demais Conselheiros Governamentais
143 para discussão, sendo concedidos 10 (dez) minutos para tanto. **6. Eleição de Vice Presi-**
144 **dente e Tesoureiro** Retomada a reunião, o Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Bra-
145 sil África) solicitou aos Conselheiros Governamentais manifestação quanto a ocupação
146 dos cargos de Vice Presidente e Tesoureiro. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF)
147 informou que houve diálogo e interesse de mais de uma pessoa para ocupação de cargo,
148 todavia houve definição. Anunciou e propôs para apreciação a indicação para Vice Presi-
149 dência o Conselheiro Isaac Ramos Ferreira (SEDS) e indicação para Tesouraria o Conse-
150 lheiro Gustavo José Picanço Bayer (SESP). Pedindo desculpas pela inoportunidade, soli-
151 citou a apresentação de Nathália Furtado Munhoz, nova integrante da DEDIF e que dora-
152 vante acompanhará este Conselho. Isto posto, passou a palavra ao Vice Presidente Isaac
153 Ramos Ferreira (SEDS) que relatou que na reunião dos Conselheiros Governamentais
154 haviam 11 (onze) representantes membros do Conselho, ocasião em que apresentou-se
155 mais um candidato, o Conselheiro Galindo Pedro Ramos (SEED) o qual em votação ob-
156 teve 4 (quatro) votos contra outros 7 (sete) a favor do que ora fala. A Conselheira Ana
157 Zaiczuk Raggio (SEJUF) esclareceu que foram 7 (sete) votos para o Vice Presidente Isa-
158 ac Ramos Ferreira (SEDS) e que, havendo abstenções, foi fechada a votação desta for-
159 ma. O Vice Presidente Isaac Ramos Ferreira (SEDS) agradeceu ao Conselheiro Galindo
160 Pedro Ramos (SEED) o qual representa muito bem no Conselho, bem como aos demais

37
38
39
40
41
42
43
44
45
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200



**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR**

Conselheiros e colocou-se a disposição de todos do CONSEPIR. O Tesouraria Gustavo José Picanço Bayer (SESP) apresentou-se e solicitou apoio de todos nesta empreitada, agradecendo a oportunidade. O Conselheiro José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) parabenizou ao novo Tesoureiro pelo grande profissional atuante na Segurança Pública, bem como parabenizou ao Vice Presidente, pleiteando que as mesmas posturas de respeito na escolha realizada pelos representantes governamentais, sejam repetidas por todos quando das escolhas realizadas futuramente, sem conflitos. O Conselheiro Celso Jose dos Santos (ANPIR) parabenizou aos eleitos, todavia propondo que houvesse alteração no Regimento Interno de forma que a Sociedade Civil viesse a participar e intervir na eleição dos cargos de Vlce Presidente e Tesoureiro. A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) ressaltou que, em relação a composição da mesa, novamente não houve preocupação com a paridade de gênero, deixando a provocação para ponderações para uma sociedade mais igualitária. Que esperava que ainda que não haja regramento específico, fosse observada a paridade e que, em caso de não haver nenhuma mulher a disposição destes cargos, que os mesmo ficassem em aberto até que uma Conselheira de dispusesse. Durante a explanação a Conselheira foi diversas vezes interrompida pelo Vice Presidente Isaac Ramos Ferreira (SEDS), ainda que sendo solicitado que não a interrompesse. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) afirmou que reiteradas vezes já foi interrompida por homens neste Conselho, especialmente quando uma mulher está tratando de igualdade e machismo. Citou estudos acerca de porcentagens que as mulheres são interrompidas em relação as vezes que os homens o são, sendo de 10 (dez) vezes mais. Asseverou que isso não ocorra neste Conselho, que ainda que tenha discordado da Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) não a interrompeu e solicitou fala, indicando que esta seja a regra e não a exceção. Com relação a explanação da Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR), afirmou que assim como ela, é militante da igualdade de gênero e que realizou a provocação quando da reunião governamental, porem nenhuma mulher se dispôs e assim decidiu-se para debate do assunto em outro momento. Esclareceu que houve entendimento de urgência no preenchimento destes cargos e por isso não houve a opção da vacância. Quanto ao proposto pelo Conselheiro Celso Jose dos Santos (ANPIR), afirmou que de extrema importância sua colocação, porém que para alteração do Regimento Interno faz-se necessária realização de reunião específica para este fim, com aprovação com maioria qualificada. O Vice Presidente Isaac Ramos Ferreira (SEDS) esclareceu que na reunião governamental, das 11 (onze) pessoas presentes, 5 (cinco) eram mulheres e foi aberto para que se manifestassem caso tivessem interesse em concorrer para quaisquer dos cargos, sem manifestação de nenhuma delas. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) indicou que as falas dos Conselheiros José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) e Celso Jose dos Santos (ANPIR) disseram respeito a sua eleição como Presidente e que em reunião da comissão de legislação decidiu-se pela discussão da reforma do Regimento Interno, ocasião na qual poderão ser alteradas nor-

46
47
48
49
50
51
52
53
54
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

mativas que abarque as manifestações citadas. Em regime de votação, as indicações para os cargos de Vice Presidente e Tesoureiro do CONSEPIR apresentadas pelos representantes governamentais foi aprovada por unanimidade, com 5 (cinco) abstenções. O Conselheiro Celso Jose dos Santos (ANPIR) justificou sua abstenção no sentido de não haver qualquer adversidade em relação aos indicados, mas pela ausência de intervenção da Sociedade Civil nas eleições para os referidos cargos. **7. Aprovação da Ata:** A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) afirmou que a ata da reunião ordinária do mês de março, pois a mesma foi gravada exclusivamente pelo áudio interno da sala de reuniões e que o mesmo, infelizmente, foi extraviado. Informou que, desta forma, elaborou ata de acordo com anotações realizadas durante a reunião e há um mês a encaminhou por email, sendo apresentada apenas uma alteração pela Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) que informou que seu nome não estava citado na lista dos presentes, todavia sendo esclarecido que a mesma não estava presente. Ademais, apresentou-se ata referente a reunião realizada no município de Cascavel em agosto, a qual também enviada previamente todavia por problemas no sistema “expresso” de emails do governo não foi efetivamente enviada, todavia a mesma foi reenviada no início da semana. Tendo em vista o tempo exíguo para a leitura, apresentaram-se duas propostas uma no sentido de leitura da ata no decorrer da presente reunião e aprovação ao final da mesma e outra para aprovação em próxima reunião. Em votação, 11 (onze) votos foram no sentido de aprovação na presente reunião, 9 (nove) votos no sentido de aprovação em reunião posterior e 2 (duas) abstenções. Assim, foi aprovada por maioria a aprovação da ata na reunião corrente. **8. Substituição das entidades da Sociedade Civil CONIPA, Dom da Terra e Conselho Regional de Psicologia:** A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) indicou que foi enviado ofício sobre o tema a CONIPA e a Dom da Terra. A Conipa apresentou resposta através de ofício n. 103/2019, no qual apresentou pedido de desculpas pelo não comparecimento em reuniões anteriores, justificando ausências tanto do titular quanto do suplente por viagens para cursos no exterior e, ainda, que em permanecendo no conselho, apresentará novo nome para representar a instituição no CONSPIR. Ademais, a Conselheira realizou leitura de ofício enviado pela instituição Afoxe solicitando a substituição do titular e respectivo suplente. Ainda, realizou leitura de ofício recebido da ACASEP, suplente do CONSEPIR, indicando tratar-se do mesmo teor do ofício da Afoxe anteriormente citado. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) ressaltou informação de que a CONIPA teve 100% (cem por cento) de ausência nas reuniões do corrente ano, todavia em agosto foi enviado ofício para que as entidades se manifestassem em 30 (trinta) dias os quais foram prorrogados, por deliberação do CONSEPIR em reunião anterior. Assim, houve manifestação no sentido de definição da vacância das representações no Conselho, avaliando-se as justificativas apresentadas sendo acatadas ou não. Em votação, as justificativas apresentadas pela CONIPA não foram aceitas, por maioria, contando com 7 (sete) votos acatando as justificativas, 9 (nove) votos não acatando e 5 (cinco) abstenções. Esclareceu-se que de acordo com o Regimento Interno são

55
56
57
58
59
60
61
62
63
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280



**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR**

necessários 19 votos para ser determinada a vacância da vaga para representação no CONSEPIR. Propôs-se que a decisão em relação a CONIPA fosse suspensa para a próxima reunião, viabilizando a presença dos representantes da entidade para manifestação. Ainda, a Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) propôs encaminhamento de ofício a CONIPA informando que houve a recente votação e que em caso de ausência na próxima reunião a questão será discutida. O Doutor Rafael Osvaldo Machado Moura (MP/PR) afirmou entender pertinente a proposta da Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR), acrescentando observação de que havendo novas ausências sejam contabilizadas juntamente às outras e realizadas futuramente. Foi ressaltada observância ao artigo 15 do Regimento Interno, que trata do prazo para justificativas das ausências em reuniões, bem como ao artigo 16 que prevê a apresentação de conduta incompatível, indicando-se que a partir do momento que não houve a justificativa tempestivamente a conduta não foi compatível com as expectativas do Conselho. A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) explicou que embora compreenda a insatisfação, o regimento foi seguido no tangente ao quorum necessário para a deliberação de afastamento da entidade, não cabendo debate moral a respeito. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) solicitou mudança do seu voto pela retirada entidade vez que, de fato as justificativas não foram apresentadas tempestivamente e entender não caber ao Conselho, neste momento, acatar ou não justificativas de ausência. Assim, tornam-se 6 (seis) votos acolhendo as justificativas, 10 (dez) não acolhendo e 5 (cinco) abstenções. Desta feita, foi colocada em votação a proposta da Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) no sentido de encaminhamento de ofício a CONIPA dando ciência da votação e informando, que no caso de nova ausência, nova votação para retirada da entidade será realizada. Proposta aprovada por maioria, com duas abstenções. Superada a questão da CONIPA, passou-se a debater relativamente a entidade Dom da Terra. O Conselheiro Marcio Marins de Jagun (Dom da Terra AfroLGBT) inicialmente questionou se houve constituição de comissão para diálogo com as entidades ausentes, pois os citados 30 (trinta) dias de prorrogação só chegaram ao seu conhecimento a menos de cinco dias por contato telefônico realizado pelo próprio conselheiro que ora usa a palavra. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) informou que havia se comprometido em comunicar o conselheiro e pediu desculpas pois não conseguiu cumprir com a atribuição. O Conselheiro Marcio Marins de Jagun (Dom da Terra AfroLGBT) explicou então que anteriormente, a equipe da SEJUF costumava contactar os conselheiros visando confirmar o recebimento da convocação e a presença dos conselheiros. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) esclareceu que a servidora que fazia tal procedimento, Bruna, está afastada em licença maternidade há mais de 6 (seis) meses e que desde então o procedimento não é adotado. O Conselheiro Marcio Marins de Jagun (Dom da Terra AfroLGBT) esclareceu que em abril indicou a convocação de suplente a Bruna e que a época já estava doente, em processo de neuropatia periférica e que falência renal surgiu em julho. Afirmou que cometeu erro em não apresentar justificativa por escrito,

64
65
66
67
68
69
70
71
72



**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR**

281 apenas verbalmente. Afirmou que passou com processo de internamento por 4 (quatro)
282 semanas seguidas e que poderia apresentar toda documentação comprobatória a respei-
283 to. Ademais, citou que amparou sua mãe no tratamento ao câncer, no estado do Rio de
284 Janeiro, que veio a falecer no mês de abril, a partir deste fato veio a adoecer. A Secretária
285 Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) afirmou compreender a situação de
286 saúde do conselheiro, mas questionou a razão pela qual a suplente não compareceu ou a
287 entidade Dom da Terra não indicou outro conselheiro para substituí-lo. O Conselheiro
288 Marcio Marins de Jagun (Dom da Terra AfroLGBT) esclareceu que a suplente e de outra
289 instituição e que teve problemas com prestações de contas não sendo permitidas viagens
290 e conseqüentemente participação nas reuniões e indicou que outros membros da Dom da
291 Terra não tiveram atitude de fazer pois ele mesmo não fez tal solicitação. Afirmou ainda
292 que retomou as atividades normais, tendo alta. Indicou ainda que haverá substituição cer-
293 tamente na suplência, devendo ser alguém residente na capital do estado. O Conselheiro
294 Celso Jose dos Santos (ANPIR) manifestou o acolhimento da justificativa de ausência
295 apresentada pelo representante da Dom da Terra, indicando ter ocorrido falha na comuni-
296 cação das ausências porém ocorrendo tempestivamente. Ademais, afirmou acreditar que
297 não houve substituição do representante por solidariedade e companheirismo ao O Con-
298 selheiro Marcio Marins de Jagun (Dom da Terra AfroLGBT). Em regime de votação, as
299 justificativas apresentadas pelo O Conselheiro Marcio Marins de Jagun (Dom da Terra
300 AfroLGBT) foram acatadas por 18 (dezoito) votos, com 2 (dois) votos contra e nenhuma
301 abstenção. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) solicitação justificativa de voto na
302 qual, reiterou seu apreço pelo conselheiro, auxílio e todo trabalho por ele prestado, justifi-
303 cando seu voto contrário em observância ao entendimento inicial com relação ao prazo de
304 justificativas. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) justificou seu voto
305 contrário indicando o dever de coerência com relação ao entendimento anterior. O Conse-
306 lheiro Celso Jose dos Santos (ANPIR) propôs que fosse redigido comunicado esclarecen-
307 do as informações citadas no início da reunião sobre as solicitações de viagens, presta-
308 ções de contas e o procedimentos de justificativas de faltas dos conselheiros. O Presiden-
309 te Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) ainda ressaltou a necessidade da presença
310 das entidades suplentes de forma a fortalecer o conselho e aprimorar os debates, sendo
311 sugerido envio de ofício a estas entidades informando que, ainda que não possam votar,
312 que compareçam para compartilhar conhecimentos teóricos e práticos. A Conselheira Ana
313 Zaiczuk Raggio (SEJUF) informou que em deliberação de reunião passada foi decidida
314 pela inserção das entidades suplentes nos e mails, sendo realizado levantamento foram
315 encontrados apenas alguns endereços de email e que com o preenchimento dos emails
316 na lista de presença serão acrescentados ao grupo de correspondências eletrônicas. Quanto
317 a proposta de encaminhamento de ofício indicando a presença das entidades suplentes
318 indicou entender que o envio de convocação seria suficiente, porém que se deliberado
319 pelo CONSEPIR o mesmo seria enviado. Ademais, foi solicitada inclusão de representan-
320 tes das entidades suplentes no grupo de “whatsapp”. Em regime de votação, a inclusão

73
74
75
76
77
78
79
80



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

81

321 no grupo de “whatsapp” foi aprovada por unanimidade. Encerrada primeira parte da reuni-
322 ão, com retorno no período da tarde. **9. FUNDEPPIR:** Após o intervalo para o almoço, foi
323 retomada a reunião às 14h. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) indicou ter não
324 incluído na pauta pela manhã, porém gostaria de solicitar a inclusão de pauta neste mo-
325 mento ao plenário referente a apresentação de proposta de evento relativo ao mês da
326 consciência negra. Em votação, foi aprovada a inclusão do ponto de pauta. O Presidente
327 Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) fez breve relato a respeito da aprovação do
328 FUNDEPPIR e indicou que a Comissão de Finanças enviou ofício à SEFA buscando infor-
329 mação oficial a respeito da permanência da verba constante no Fundo para o exercício do
330 ano seguinte. Afirmou que a notícia informal a respeito e de que verbas repassadas “fun-
331 do a fundo” não retornam ao Tesouro do estado. A Secretária Geral Juliana Chagas da
332 Silva Mittelbach (CUT/PR) indicou que na reunião da comissão de finanças contou com
333 presença de técnico que apresentou que todos os recursos não utilizados ficam como su-
334 perávit e o governo define a destinação dos recursos não utilizados e que isso ocorreu
335 nos últimos anos com todos os demais fundos. Ainda, ressaltou preocupação com o tem-
336 po hábil para definição de destinação da verba constante no FUNDEPPIR, tendo em vista
337 o procedimento burocrático para editais, licitações entre outros. Assim, afirmou ser neces-
338 sário debate para determinar qual a destinação da verba repassada. A Conselheira Ana
339 Zaiczuk Raggio (SEJUF) informou que por orientação do referido técnico foram encami-
340 nhados 2 (dois) ofícios, um para a Casa Civil e outro para a SEFA e que, pelo acompa-
341 nhamento do eprotocolo, ambos estão na SEFA. Indicou que a solicitação foi de que a
342 resposta fosse apresentada até o dia 04 de novembro o que não ocorreu e que em conta-
343 to com o responsável pelo protocolo foi informada que a resposta seria dada no dia anteri-
344 or a presente reunião, também não ocorrendo. Ademais, esclareceu que a Comissão de
345 Finanças entendeu que para execução da verba ainda em 2019 seria necessário que
346 ocorresse de forma indireta, através de entidades da sociedade civil, assim devendo ser
347 publicado edital para que as instituições apresentassem projetos para que se firmasse al-
348 gum deste conjuntamente. Ainda, indicou que outra possibilidade debatida seria a de for-
349 malização de termo de cooperação com a Fundação Araucária decidindo-se qual as li-
350 nhas que estas verbas deveriam ser executadas e a própria fundação faria o processo de
351 seleção e acompanhamento de eventuais convênios. Em contato com a Fundação Arau-
352 cária esta informou que somente poderia abrir edital para universidades estaduais. Por
353 fim, explanou que a comissão teria interesse na destinação de R\$1.000.000,00 (hum mi-
354 lhão de reais) para Municípios, tendo por critérios classificatórios que estes fossem vincu-
355 lados ao CINAPIR, tivessem conselho e órgão de promoção da igualdade racial; e deveri-
356 am executar a verba em capacitação de funcionários para execução da 1639 ou questões
357 de racismo institucional e igualdade racial. Quanto ao restante da verba, outro
358 R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais) sugeriu-se abertura de edital para participação da
359 sociedade civil para apresentação de projetos exclusivamente de capacitação e campa-
360 nhas. O Conselheiro Celso Jose dos Santos (ANPIR) afirmou que há carência de informa-

82
83
84
85
86
87
88
89



**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR**

90

361 ção importante na qual antes mesmo da disponibilização da verba está se questionando a
362 viabilidade de utilização da mesma. Indicou que devem-se envidar esforços para execu-
363 ção da verba ainda no ano de 2019 naquilo que for possível, ainda que não necessaria-
364 mente ser o ideal tendo em vista o curto prazo. Nicolas Floriani (SETI) manifestou-se em
365 concordância ao Conselheiro Celso José dos Santos (ANPIR) na eficiência da execução
366 da verba informou que relativamente às cotas nas universidades a SETI realizou levanta-
367 mento a fim de verificar quais estão efetivamente realizando a implantação do sistema e
368 indicou alguns avanços. Indicou que devido ao contexto político-econômico a oferta de
369 bolsas para cotistas indígenas e negros é bastante temerária, de maneira que se for para
370 utilizar parte do recurso para as universidades, que o Conselho destine uma parte da ver-
371 ba para ou programas ou núcleos de combate a discriminação e desigualdade, em bolsas
372 para estes cotistas negros, indígenas e ciganos. Por outro lado citou o projeto Uni itine-
373 rante realizado no interior do estado em comunidades tradicionais, inclusive quilombolas,
374 buscando implementar as cotas e levar a universidade para estas comunidades. Assim,
375 solicitou um representante do CONSEPIR no projeto Uni itinerante. O Conselheiro Denilto
376 Laurindo (Casa Civil) concordou com os conselheiros anteriores, indicando entendimento
377 de execução de todo o recurso ainda em 2019 para evitar o risco da perda do mesmo. O
378 Conselheiro José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) propôs enca-
379 minhamento de ofício ao tribunal de contas para questionar quanto a absorção ou não do
380 superávit constante no fundo. A Secretária Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR)
381 esclareceu que trata-se da execução do recurso em si, do empenho dos valores e não da
382 atividade pretendida e que, em relação à Fundação Araucária, somente seria possível a
383 execução em universidades estaduais. O Conselheiro José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso
384 Negro dos Campos Gerais) questionou como foi determinada a divisão dos valores, sendo
385 esclarecido que apenas optou-se por ser 50% para cada e que não houve determinação,
386 mas sim uma proposta para aprovação deste Conselho. Assim, afirmou entender que o
387 valor de R\$1.000.000,00 para entidades da sociedade civil seria pouco para o número de
388 instituições, enquanto que municípios com conselhos são poucos. Foi esclarecido que os
389 municípios não devem necessariamente ter o conselho, mas que tê-lo proporcionaria mais
390 pontos na classificação e que isso teria por finalidade o incentivo na criação de conselhos
391 municipais. Conselheiro Celso Jose dos Santos (ANPIR) apresentou proposta de encami-
392 nhamento no sentido de que o recurso total seja dividido entre Fundação Araucária, Muni-
393 cípios e Organizações da Sociedade Civil. Ainda questionou a viabilidade de execução da
394 verba ainda em 2019, com publicação de editais, apresentações de projetos e aprovação.
395 O Vice Presidente Isaac Ramos Ferreira (SEDS) esclareceu que em se abrindo edital
396 neste momento, não haveria recursos humanos nem tempo hábil para análise e aprova-
397 ção de projetos apresentados, assim propôs o repasse à Fundação Araucária para execu-
398 ção com quilombolas, alunos cotistas dentre outros, fazendo a pulverização da verba re-
399 passando para as entidades. afirmou ainda que dos referidos R\$2.000.000,00 (dois mi-
400 lhões de reais) não se tem este valor integral, tendo em vista que, em sendo aprovada

91
92
93
94
95
96
97
98
99
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

reunião descentralizada em Londrina no próximo mês, o custeio para a mesma será retirado do fundo. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) informou que houve deliberação para a realização de reunião em Londrina, porém não quanto a data ser realizada, ainda que afirmou concordar com o posicionamento dos Conselheiros José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) e Celso Jose dos Santos (ANPIR) no sentido de que a Comissão de Finanças se encarregue de buscar a informação correta a respeito do superávit no FUNDEPPIR, trazendo-se profissional para esclarecimentos. A Conselheira Mariana Souza Bernal (SEEC) explicou que, em reunião com a Fundação Araucária, foi informada impossibilidade de repasse de recursos a entidades que não universidades estaduais. Ainda afirmou que, em se entendendo pela formalização de Termo de Cooperação com a referida instituição, seria indispensável a estipulação de valores que se pretende investir por pesquisa. Ademais, esclareceu que em procedimento de edital deve-se contar com ao menos 20 (vinte) dias para elaboração do edital, posteriormente mais 20 (vinte) dias para a PGE aprovar o mesmo, em situação hipotética de que não haja nenhuma ressalva da Procuradoria, depois o edital deve ser encaminhado a comissão de licitações permanecendo aberto por 45 (quarenta e cinco) dias, não sendo possível assim o empenho dos valores. Desta feita, afirmou que o edital somente deverá ser aberto com a certeza de que os valores permaneceram no FUNDEPPIR e que, estrategicamente, para a execução dos valores ainda em 2019, seria melhor a formalização de Termo de Cooperação. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF), considerando o amplo debate a respeito, apresentou proposta de encaminhamento no sentido de elencar as formas que o CONSEPIR tem intenção de utilizar a verba, deliberando-se e posteriormente a Comissão seguirá a ordem de prioridades buscando a execução das mesmas. A Comissão de Finanças retirou a proposta de 2 (dois) eixos para direcionamento de verba, prevalecendo assim o entendimento de 3 (três) eixos para repasse, sendo Fundação Araucária, Municípios e Sociedade Civil. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) apresentou proposta em 3 (três) frentes para votação. sendo a primeira de que a Comissão de Finanças comece a elaborar os editais das prefeituras e sociedade civil e a Fundação Araucária. Em regime de votação, esta proposta foi aprovada por maioria. Em votação da proposta apresentada pela Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF), de elencar as formas que o CONSEPIR tem intenção de utilizar a verba, a mesma foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Celso José dos Santos (ANPIR) apresentou proposta no sentido de que o CONSEPIR envie solicitação ao Governo do Estado do Paraná que inclua no plano do Fundo Paraná remessa de valores para projeto Paraná sem Racismo, em regime votação, foi aprovado com uma abstenção. Em relação aos eixos a serem atendidos pela verba do FUNDEPPIR, a Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF), indicou necessidade de deliberação da porcentagem para cada um dos eixos, sugerindo a destinação de 40% (quarenta por cento) para a Sociedade Civil, 30% (trinta por cento) para os Municípios e 30% (trinta por cento) para a Fundação Araucária. Em regime de votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. **10. Plano Estadual de Política de Pro-**



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

100
101
102
103
104
105
106
107
108
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480

moção da Igualdade Racial: A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) informou que o Plano atual encerraria no ano de 2019 havendo assim necessidade de propor novo Plano Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma ficou a cargo da subcomissão do Plano apresentação de proposta com base nas resoluções da Conferência Estadual e com base nas resoluções do Plano anterior. Esclareceu que foi realizado filtro nas resoluções da Conferência, sendo separadas atribuições do Governo do Estado. Afirmou que anteriormente foi deliberado por este Conselho que o Plano seria dividido não em secretarias, mas em políticas, tendo em vista a possibilidade de alteração dos nomes e atribuições das secretarias futuramente. Assim, promoveu a leitura da proposta de Plano elaborada. Tendo em vista a necessidade de retirada de alguns Conselheiros, a Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF), sugeriu encaminhamento da questão do Plano e do Estatuto para reunião extraordinária considerando a urgência para envio para a ALEP. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) solicitou inclusão de novo de pauta sobre reunião descentralizada no Município de Londrina no mês de dezembro de 2019, em votação, a inclusão foi aprovada. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) apresentou proposta de suspensão dos pontos de pauta de apreciação do Plano Estadual e de aprovação da minuta de Estatuto para análise apenas de destaques dos mesmos em reunião extraordinária, bem como que as alterações pretendidas sejam encaminhadas previamente para debate na mesma ocasião. Sugerindo-se a realização da reunião extraordinária em 13 de novembro. Em votação, a proposta e a data foram aprovadas, com duas abstenções. Citada a possibilidade de a SEJUF não possuir verba para viabilizar a vinda dos conselheiros para a reunião extraordinária, assim sendo proposto que neste caso, sejam custeados pelo FUNDEPPIR. Em regime de votação, a proposta foi aprovada com uma abstenção. Ainda, foi solicitada inclusão de ponto de pauta referente ao FUNDEPPIR na reunião extraordinária, a qual aprovada. **11. Evento relativo ao Mês da Consciência Negra:** A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) informou que a SEJUF propõe a realização de evento, em 19 de novembro de 2019, com explanação da Professora Ligia Fonseca Ferreira da UNIFESP, a qual iniciou pesquisas sobre Luiz Gama, abolicionista reconhecido pela OAB como advogado honorário. Assim, questionou se há interesse deste Conselho em apoiar o evento apresentado, em regime de votação, foi aprovado por unanimidade. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) informou ainda realização de evento em Pontal do Paraná, na data de 22 de novembro de 2019, pela SEJUF em parceria com SUDIS, Conselho Nacional de Igualdade Racial e CEP-PIR. O evento convidaria todos os municípios da região do litoral do estado para participar de capacitação sobre as políticas de promoção da igualdade racial visando a criação de conselhos municipais. Assim, solicitou o apoio do CONSEPIR também para a realização deste evento. Em regime de votação, foi aprovado por unanimidade. Foi solicitada presença de conselheiros no referido evento, sendo que para tanto foi colocado em deliberação a possibilidade de o FUNDEPPIR custear a vinda de conselheiros do interior para o evento no caso de negativa da SEJUF, sendo aprovada com 3 (três) abstenções. Consideran-



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

109
110
111
112
113
114
115
116
117
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519

do as deliberações de custeios, o Conselheiro Celso José dos Santos (ANPIR) propôs que fossem alteradas as porcentagens referentes ao recurso do FUNDEPPIR, voltando-se 10% para os custeios internos do CONSEPIR, em votação, foi aprovado. Quanto a origem desta porcentagem, foi proposta de retirada desta dos Municípios e Fundação Araucária, tornando-se 25% (vinte e cinco por cento) para cada ao invés de 30% (trinta por cento). Em regime de votação, foi aprovado por maioria, com 1 (hum) voto contrário e 4 (quatro) abstenções. O Conselheiro Nacional Adegmar Candiero (CNPIR) solicitou a palavra e afirmou ser de suma importância a participação do CONSEPIR no evento citado e o alinhamento entre os Conselhos Nacional e Estadual. Ademais, solicitou apoio do CONSEPIR na questão de aquisição dos livros “Oralidades” e “Africanidades”, questionando a SEED qual a razão da não aquisição dos materiais. Citou ainda que há relatos de que nos municípios, quando tratada a aquisição de materiais neste sentido, os gestores manifestam não haver problema de racismo na região. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) citou que houve deliberação deste Conselho para a aquisição dos materiais citados e sugeriu encaminhamento de novo ofício a SEED questionando a razão na demorada da aquisição dos mesmos. **12. Aprovação das atas:** Foram apresentadas adequações textuais a ata de agosto e, em votação, foi aprovada com duas abstenções. **13. Reunião descentralizada em dezembro no Município de Londrina:** Apresentada a proposta pelo Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África), em sede de votação, foi aprovada com 4 (quatro) abstenções. Ressaltada a possibilidade de a SEJUF não possuir recursos para o custeio de deslocamento dos conselheiros, foi proposto que o mesmo seja realizado pelo FUNDEPPIR. Em regime de votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 1 (uma) abstenção. Também foi proposto o custeio para comparecimento de membros suplentes e entidades suplentes pelo FUNDEPPIR, não foi possível a aprovação ante a incompletude de quorum. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) solicitou que aqueles que tivessem interesse na organização da reunião descentralizada que organizassem Comissão para tanto, evitando-se descontentamentos futuros. Prontificaram-se para tanto o Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África), o Conselheiro Celso Jose dos Santos (ANPIR), a Conselheira Nardi Terezinha Casasnova (União Cigana do Brasil), o Conselheiro Marcio Marins de Jagun (Dom da Terra AfroLGBT) e a Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF). Fátima Beraldo (CMPIR/Londrina) informou que no último dia 25 de outubro houve fato grave no município de Londrina quando uma lalorixá foi agredida por um padre da igreja católica, ainda, indicou que foram realizados encaminhamentos porém solicitou o registro da denúncia, bem como apoio e acompanhamento do caso pelo Conselho. A Conselheira Ana Zaiczuk Raggio (SEJUF) informou que houve deliberação deste CONSEPIR no sentido de que todas as denúncias sejam registradas no SOS Racismo, assim comprometeu-se a contactar a denunciante para obtenção de todos os dados e materiais para adoção das práticas cabíveis, como a provocação do Ministério Público. Foi sugerido o encaminhamento de ofício a Diocese para manifestação e provi-



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

118
119
120
121
122
123
124
125
126
520
521
522

dências quanto a atitude do padre. **14. Encerramento:** Sem mais, a reunião foi encerrada.